

Identidade e historiografia na Alta Idade Média

*Marcus Cruz**

Resumo: Neste trabalho pretendemos contribuir para a discussão conceitual acerca dos conceitos de identidade e historiografia, no sentido de elaboração de uma linguagem que nos permita compreender os processos históricos vivenciados no mundo mediterrâneo do III ao VIII século, especialmente no que concerne à questão da identidade.

Palavras-chave: Idade Média – Identidade- Historiografia

Abstract: This paper is a contribution for the discussion about the concepts of identity and historiography, with intention to elaborate a language which permit comprehend the historic process in the Mediterranean World to III century for VIII century, especially about identity question.

Keywords: Middle Ages – Identity - Historiography

“O historiador raramente define.”(BLOCH, 1987:151) As palavras de Marc Bloch ainda podem ser tomadas como pertinentes para descrever o que poderíamos denominar de uma baixa densidade teórica da História. Como regra geral, as ciências em seu processo de constituição estabelecem uma linguagem particular, composto de termos especializados que podem acabar se convertendo em um complexo sistema de linguagem formal. Algo que encontra-se em construção no que diz respeito ao conhecimento histórico.

Neste texto pretendemos contribuir para a discussão conceitual acerca conceitos de identidade e historiografia, no sentido de elaboração de uma linguagem que nos permita compreender os processos históricos vivenciados no mundo mediterrâneo do III ao VIII século, especialmente no que concerne a questão da identidade.

* Doutor, Universidade Federal de Mato Grosso

De que estamos falando quando falamos de identidade? Para Levi-Strauss, citado por Bauman “A identidade é uma espécie de lar virtual ao qual nos é indispensável referirmos-nos para explicar um certo número de coisas, sem que jamais ele tenha existência real.”(BAUMAN, 2005: 55). O conceito de identidade se relaciona, assim, com a maneira com que os homens interagem com o mundo. Esse instrumento de interação, no entanto, é uma construção humana e não, é importante frisar, um dado de realidade.

Stuart Hall em seu livro *A Identidade Cultural Pós-Moderna* distingue três concepções de identidade, a saber: a do sujeito iluminista, a do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno.

O sujeito iluminista possui uma concepção que se baseia numa perspectiva da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. Esse "centro" era concebido como um núcleo interior, presente no indivíduo desde o seu nascimento e que o sujeito desenvolvia. Porém em sua essência esse “centro” permanecia o mesmo - contínuo ou "idêntico" a ele - ao longo de toda a existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Em suma, estamos diante de uma concepção de identidade de marcado caráter individualista.

A perspectiva conceitual do sujeito sociológico é resultado da crescente complexidade do mundo moderno, assim como da consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e nem auto-suficiente, mas sim formado a partir da relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos em que o sujeito sociológico habitava.

Georges Herbert Mead, Charles Horton Cooley e os interacionistas simbólicos são principais autores que na sociologia elaboraram esta concepção interativa da identidade e do eu. De acordo com esse ponto de vista, que se tornou à concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito mantém ainda uma essência interior que é o "eu real", como no sujeito iluminista, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as outras identidades que esses mundos apresentam.

A identidade, nessa concepção sociológica, possui como uma de suas atribuições preencher o espaço entre o "interior" e o "exterior" - entre o mundo interior do indivíduo e o mundo exterior que o circunda. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós" contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. Neste sentido a identidade, então, é o fator que estabelece o liame entre o sujeito à sociedade.

A concepção de identidade pós-moderna parte do princípio de que o sujeito que possuía uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado. Isto significa dizer que o indivíduo passa a ser composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Por outro lado e simultaneamente as identidades, que compunham as paisagens sociais e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as "necessidades" objetivas da cultura, foram implodidas, entraram em colapso, devido às transformações estruturais e institucionais. O resultado dessa mudança é que o processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático.

Outra perspectiva para pensarmos a questão do conceito de identidade nos é apresentada por José Carlos Reis. Para o autor essa discussão apresenta duas grandes correntes interpretativas.

A primeira que José Carlos Reis denomina de essencialista parte de uma perspectiva ontológica e metafísica do ser, formulando o problema do ponto de vista da continuidade. Isto é, o ser entendido como unificado, racional, consciente, centrado em seu núcleo interior. O pensamento cartesiano está na base desta concepção de ser que existia porque pensava.

A segunda perspectiva que formula o problema da identidade a partir da idéia de descontinuidade será denominada de não-essencialista. Essa linha interpretativa considera que a identidade é construída historicamente por meio do discurso e das relações práticas. É um processo que nunca se completa e que se encontra em contínua transformação.

O conceito de identidade assume, portanto, um caráter histórico na medida que não trata do que somos para sempre, mas sim no que nos tornamos. É uma narrativa aberta e

4

flexível do ser, mas que possui uma eficácia material e política, mesmo que a sensação de pertencimento ocorra no imaginário, repleto e marcado pelos símbolos.

Em nossa pesquisa partimos de uma concepção de identidade que procurar fazer dialogar a perspectiva sociológica e não-essencialista. Na medida que entendemos o conceito de identidade como construído a partir do discurso e das práticas sociais o que pré-supõe a mediação entre o sujeito e o ambiente cultural em que se insere. Por outro lado entendemos a identidade também como um dos elementos que estabelece a ligação entre o indivíduo e a sociedade.

Consideramos esse conceito de identidade um instrumento adequado para entender um dos processos que marcam a passagem do mundo antigo para a sociedade da Alta Idade Média a saber a redefinição das partilhas que caracterizam o homem. Em outras palavras o campo da alteridade na Antigüidade tanto grega como romana esta baseada na dicotomia grego/romano-bárbaro.

No entanto a situação altera-se substancialmente quando, a partir do V século, os germanos não apenas se assentam no território imperial, mas principalmente se constituem e se consolidam os Reinos germânicos. A partilha romano-bárbaro não é mais operacional não apenas porque esses germanos assumem cada vez mais a herança romana, mas também porque os romanos se germanizam. Neste sentido o conceito de identidade antigo não pré-supõe um território, mas sim um conjunto de traços culturais se constrói em torno da polis.

Os dois elementos centrais da identidade antiga são a politeia e a paidéia, ou seja de um lado um espaço de sociabilidade e de outro uma comunidade cultural. O que se encontra além dessas fronteiras é o bárbaro que não conhece a política e que possui uma sabedoria estranha, atrasada, primitiva.

Em suma, diante da nova configuração política, social e cultural do mundo mediterrâneo a partilha romano-bárbaro não se sustenta mais, ou melhor ela necessita transformar-se uma vez que o bárbaro agora não será mais aquele que não possui a politeia ou a Paidéia, mas sim aquele que não possui a religio, isto é o infiel.

A nova partilha será construída a partir do binômio cristão-infiel, todavia o infiel continua sendo o outro, aquele que por sua alteridade define a identidade do homem medieval.

No que concerne a historiografia, Topolsky afirma que esse conceito é que melhor resolveria a tarefa de designar como apenas um termo a investigação histórica e a escrita da história. Deste modo a historiografia seria a atividade e o produto da atividade dos historiadores, como também a disciplina intelectual e acadêmica constituída pelos historiadores. Como afirma Josep Fontana: “...*historiografía*(isto é, da produção escrita sobre temas históricos)”(FONTANA, 1998:9)

Encontramos o conceito de historiografia com essa significação na obra de Benedetto Croce, *Teoria e storia della storiografia*. PierreVillar, por sua vez, também atribui o mesmo conteúdo a historiografia em seu *Iniciación al vocabulário del análisis histórico*. Na tradição histórica anglo-saxônica, o conceito de historiografia na acepção apontada acima foi introduzida pelo filósofo William Walsh.

Devemos ressaltar, porém, que o conceito apresenta outras concepções que não aquela que estamos adotando. Apenas para exemplificar o que afirmamos e marcar nossa distância em relação a essas acepções, podemos citar que historiografia pode ser entendida como reflexão sobre a história, designar a historia da historiografia ou como ocorre na tradição histórica francesa a história da história. A diversidade de concepções demonstra cabalmente a necessidade precisão da linguagem histórica, de constituição de um corpus conceitual.

Com este objetivo iremos adotar a definição de Jean Walch que propõe o termo história para designar os fatos e eventos aos quais o historiador se refere, isto é a entidade ontológica do histórico. Historiografia quando se trata dos escritos, isto é o ato de escrever história.

A partir desse conceito de historiografia podemos entender o lócus da escrita da história como um lócus de construção de identidade, ou seja o discurso historiográfico é também, ainda que não somente, um discurso de identidade.

Neste sentido observamos uma transformação expressiva da historiografia ao longo do IV século. Nas palavras de Arnaldo Momigliano: “*La revolución del siglo IV, que trajo consigo una nueva historiografía*”. (MOMIGLIANO, 1993: 96).

Uma característica que chama a atenção na historiografia do IV século, qual seja, a primazia da historiografia cristã em relação historiografia pagã. Citando mais uma vez as

6

palavras do historiador italiano Arnaldo Momigliano: “*Em general, los cristianos emorenden su escrita creativa antes que los paganos. Los cristianos atacan. Los paganos están a la defensiva*”. (MOMIGLIANO, 1993: 97). Tal situação relaciona-se por um lado ao processo de cristianização que havia se acelerado após a conversão de Constantino, mas também, é o que mais relevante para o nosso trabalho, pela necessidade dos cristão de redimensionarem a sua identidade a partir das profundas transformações que marcam este momento.

A historiografia cristã do IV século tinha que enfrentar o problema de inserir os eventos e personagens da sua história na tradição histórica pagã. Em outras palavras de construir a identidade cristã sem desprezar a tradição cultural pagã. Especialmente para aqueles em que a conversão à nova fé não significou o abandono de suas tradições culturais.

O resultado foi a elaboração de uma historiografia cristã que estabeleceu uma nova cronologia que não apenas deu o suporte para a inserção a história cristã no bojo da história pagã, como também permitiu o surgimento de uma nova interpretação da história, de uma filosofia da história.

Além disso a historiografia cristã do IV século criou novas formas de discurso histórico, a saber: a história eclesiástica e a biografia de santos, a hagiografia. Tais modalidades de escrita da história assumem um papel de significativa relevância na construção da identidade cristã. A primeira por estabelecer, por meio da sucessão apostólica, as bases de legitimação do poder episcopal. A segunda modalidade por oferecer aos cristão o seu modelo de vida, o seu homem ideal, o seu herói.

Por seu turno a historiografia pagã tinha como sua principal preocupação em manter vivo a memória do passado, ainda mais porque após a grave crise que marca o III século havia surgido uma nova elite dirigente, homens vindos do exército, de províncias pouco romanizadas e mesmo de origem germânica, que pouco conheciam a história romana. Em outros termos a historiografia pagã também estava diante de um problema de cunho identitário, no caso não a criação de uma nova identidade, mas sim de construir uma historiografia que permitisse a conversação da tradicional identidade pagã.

Nesse sentido a historiografia pagã sem abandonar as formas tradicionais do discurso histórico, como demonstra a obra de Amiano Marcelino, investem nos breviários como a forma de atender as necessidades advindas das transformações do IV século.

No plano da historiografia e da identidade no discurso histórico o que podemos perceber é a inexistência de um conflito direto entre pagãos e cristãos. Apesar do avanço da historiografia cristã, esta acabou por se dedicar a novas formas por ela criada e abandonando as formas tradicionais de escrita da história aos historiadores pagãos.

No que concerne a questão da identidade observamos a construção de dois discursos identitários, um pagão arraigado na tradição e na partilha civilização/barbárie e outro cristão que aponta para uma nova partilha fiel/infiel e que procura se articular com a tradição cultural pagã.

Referências Bibliográficas

- ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica: teoría y método**. Barcelona: Crítica, 1995
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1987.
- BROWN, Peter. **The cult of the saints**. Chicago: Chicago University Press, 1981.
- CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Laterza, 1966.
- FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Belo Horizonte: DP&A Editora, 2006.
- MARAVAL, Pierre. **Le christianisme de Constantin à la conquête arabe**. Paris: PUF, 1997.
- MARKUS, Robert. **O fim do cristianismo antigo**. São Paulo: Paulus, 1997.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografía Antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. **Tempo, história e evasão**. Campinas: Papyrus, 1994.

8

VILLAR, Pierre. **Iniciación al vocabulário del análisis histórico.** Barcelona: Crítica, 1980.

WALCH, Jean. **Historiographie structurale.** Paris: Masson, 1990.

WALSH, William. **Introducción a la filosofía de la historia.** Mexico: Siglo XXI, 1968.